

8. Da natureza do capitalismo sul-africano, ou da dependência do ouro às explicações do *apartheid*

8.1 Da ilusão do ouro

Mesmo considerando a sua utilização em algumas aplicações de alta tecnologia²⁷², de um ponto de vista estritamente industrial, o ouro é pouco mais do que uma relíquia e um tributo cultural a heranças e tradições economicamente ultrapassadas²⁷³. A sua utilização para outros fins, fora da joalheria e obras de arte, é relativamente pequena e não consta que a joalheria seja exactamente a mais importante das necessidades humanas. Considerando a evolução do papel-moeda e, muito em particular, a mais recente evolução para o chamado dinheiro electrónico, o papel do ouro como reserva monetária sofreu profundas alterações. Parece que já o próprio John Maynard Keynes (há mais de meio século, portanto), classificava o ouro como uma «bárbara relíquia» e, no entanto, considerando a literatura consultada e os relatórios das instituições mais directamente envolvidas, designadamente a Câmara das Minas da África do Sul, as minas de ouro continuam a constituir a espinha dorsal da sua economia²⁷⁴.

Por outro lado, e de modo muito significativo, há ainda a considerar os custos de produção determinados pelas condições geológicas dos depósitos auríferos. Nas palavras do geógrafo norte-americano William Hance, se as minas de Gauteng fossem localizadas nos Estados Unidos, muito provavelmente não seriam mais do que uma curiosidade de interesse para estudantes de geologia. Muito simplesmente não seriam exploradas. (Hance, 1964, p. 523). Apesar de tudo, a indústria da mineração de ouro na África do Sul, continua «viva e a mexer-se», desde logo por 'simples' razões de inércia estrutural. E depois porque, mesmo sendo o país com os mais elevados custos de operação mineira, no que diz respeito ao ouro, têm-se verificado diversos esforços de carácter tecnológico e, sobretudo, de reestruturação da propriedade, no sentido de otimizar o rácio custos / resultados²⁷⁵.

272 A utilização do ouro em joalheria e objectos de arte corresponde a cerca de 60% da procura, devido às suas características físico-químicas e às propriedades de «moeda de refúgio». De modo a facilitar a laboração industrial, o ouro é, quase sempre, combinado com metais menos caros, como o cobre, o zinco ou a prata e o níquel. A sua principal utilização é em circuitos especializados em electrónica, semicondutores em micro componentes e circuitos impressos. Segue-se a utilização em cirurgia dentária, assim como outras aplicações em medicina e química industrial. As aplicações variam de ano para ano, consoante as variações do preço nos mercados internacionais. Num ano típico, o consumo do ouro terá, provavelmente, a seguinte distribuição: joalheria e obras de arte 62,5%, electrónica 5%, aplicações dentárias 5%, outras indústrias 5%, moedas, medalhões e numismática comemorativa 15%, aumento do stock e investimentos 7,5%. Ver <http://www.halexandria.org/dward480.htm>

273 O mesmo se passa, aliás, com os diamantes, que só continuam a ter o valor de mercado que têm graças à maior campanha de marketing e publicidade alguma vez montada.

274 <http://countrystudies.us/south-africa/66.htm> ou Business Day, 29 de Maio de 2004, ou ainda a declaração do Sindicato Nacional dos Mineiros à Assembleia Anual da Câmara das Minas, 2003, em <http://www.num.org.za/News/misc/input.htm> assim como o trabalho de Tshikalange (2001).

275 Esclareça-se, a título de ilustração, que tem sucedido que duas ou três companhias mineiras, por vezes propriedade do mesmo con-

Como é natural e em resultado dos esforços do Estado e das empresas mineiras associadas na Câmara das Minas, a situação tem estado a evoluir e, hoje, a mineração de outros metais preciosos, como a platina ou o caso paradigmático do carvão, representam já valores significativos na actividade económica da África do Sul. No caso do carvão, utilizamos a expressão «paradigmático», na medida em que a sua exploração tem sempre representado um aspecto muito importante, quer como fonte de energia de forma directa ou indirecta, através da transformação em combustíveis líquidos, quer como fonte de divisas, através da exportação. Refira-se que, ao contrário do que acontece com o ouro, a sua mineração se faz a custos perfeitamente competitivos nos mercados mundiais²⁷⁶, apesar das distâncias envolvidas. Acrescente-se ainda que, cerca de 50% do carvão produzido, é consumido localmente, quer na produção de energia, quer na produção de combustíveis líquidos, um caso único no mundo.

O caso do ouro, por isso que lhe demos um maior e mais específico relevo, é também paradigmático, mas pelas razões opostas: desde os primórdios da sua exploração que se entendeu que a sua mineração só seria economicamente exequível se a indústria dispusesse de uma mão-de-obra barata, abundante e facilmente enquadrada. Um tal requisito foi determinante de toda a configuração política, social e económica da África do Sul, durante as décadas seguintes.

Vale a pena fazer uma, ainda que breve, referência aos diamantes, outro dos pilares da actividade económica da África do Sul, embora, nesse caso, o país não tenha mais do que uma 'fatia' de 9% no mercado mundial dos diamantes em bruto. No entanto, através das operações próprias e do cartel²⁷⁷ controlado pela companhia De Beers, pode-se dizer que os interesses do capitalismo sul-africano controlam cerca de 40% da produção mundial desta pedra preciosa. Se tivermos presente, não só o já referido carácter de «bárbara relíquia» do ouro, mas também o carácter de gigantesca ilusão relativamente ao valor intrínseco que é socialmente atribuído aos diamantes (Rothbard, 1992; Beauregard, 2003), poder-se-ia avançar com uma outra hipótese de trabalho de investigação sobre a solidez destes pilares da economia da África do Sul.

glomerado industrial, estejam a explorar, ou a planejar explorar, filões adjacentes no subsolo, a partir de poços perfurados de forma separada à superfície, quase duplicando os custos em capital físico.

276 A África do Sul é o segundo maior exportador de carvão, a seguir à Austrália, e o segundo produtor com mais reduzidos custos de produção, a seguir à Indonésia. Ver <http://www.mbeni.co.za/indy/ming/coal/af/sa/p0005.htm>. A disposição geológica dos campos carboníferos espalhados na zona nordeste da bacia do Karoo, zona muito pouco ocupada mas de acesso fácil para transportes e construção de estruturas, permite à África do Sul fazer a sua exploração em condições técnicas mais vantajosas do que a maioria dos outros países. Por outro lado, o rácio capital máquina / factor trabalho é muito mais elevado do que no caso da mineração do ouro.

277 CSO, ou Central Selling Organization, tecnicamente uma subsidiária da De Beers.

8.2 Da população

A lógica interna do desenvolvimento da África do Sul foi determinada, não apenas pela sua condição inicial de país de colonização europeia, mas sobretudo pela sua rápida inserção, como fornecedor em grande escala de determinadas matérias-primas, no sistema da economia política capitalista mundial. Por um lado, a sua população de origem europeia resultou da migração de excedentes demográficos, originados em dois dos países de capitalismo mais avançado. Enquanto, no caso da Holanda, a emigração para a África do Sul decorreu no âmbito das operações da Companhia das Índias Orientais, no caso da Grã-Bretanha, a emigração foi efectivamente de expansão imperial. Por outro lado, cada um dos dois principais grupos da população de origem europeia transportou, para o território da África do Sul, uma determinada identidade nacional que propiciou a forma do futuro desenvolvimento social e político do território. No caso da população de origem holandesa, não se pode falar de «excedentes demográficos» resultantes da expansão do capitalismo industrial, uma vez que se trata de colonização anterior e com outras e diversas motivações. Há também a considerar a constituição social das diversas pequenas vagas²⁷⁸ de migração oriunda do Reino Unido. Assim, grande parte dos imigrantes oriundos da Grã-Bretanha, nos anos 1820 e 1840, eram pequenos camponeses ou trabalhadores do campo, originários de fazendas agrícolas, economicamente falidas em resultado das transformações sociais ocorridas à volta da abolição das leis dos cereais²⁷⁹ em 1846; a descoberta de diamantes, em 1866, e a descoberta de ouro, em 1884, deu origem a um movimento migratório, sustentado em membros do proletariado industrial britânico, afectados pela crise ou depressão dos anos 1870.

Em contraponto aos conflitos, também de carácter identitário, entre os dois grupos de colonos, estava o conflito mais profundo e mais extenso entre os grupos de colonos e os povos indígenas. Como foi, acima, assinalado, no caso de países como a Austrália ou o Canadá, as populações ali encontradas aquando da chegada dos primeiros colonos europeus, acabaram por ser mais ou menos marginalizadas e/ou convertidas em curiosidades etnográficas. No caso da Nova Zelândia, poder-se-á falar de uma razoável integração social.

Já no caso da África do Sul, a correspondente situação resulta violentamente contrastante, com os problemas adicionais resultantes da introdução de um grande número de trabalhadores importados, quer em regime de servidão ou escravatura, quer em regime de contrato a prazo, o que originou o surgimen-

²⁷⁸ Em rigor, o termo «vagas de migração» não se aplica à África do Sul tanto quanto a outros territórios de migração europeia.

²⁷⁹ As chamadas leis dos cereais, em vigor entre 1689 e 1846, tinham um carácter proteccionista face à campanha da Liga Anti-Leis-dos-Cereais, formada por industriais de Manchester, em 1839. Na perspectiva destes, as leis não eram senão um subsídio aos preços elevados dos cereais, o que tenderia a aumentar os custos industriais do Reino Unido.

to de mais dois agregados etnicamente distintos: os *coloureds* e os indianos. Entretanto, face a quaisquer processos de produção e distribuição de riqueza, os diversos actores sociais envolvidos apresentam-se sempre com posicionamentos condicionados pelas avaliações que façam dos seus respectivos contributos para esses processos produtivos. No caso específico da categoria social genérica de «trabalhadores», no caso particular da África do Sul, este posicionamento social face aos processos produtivos foi historicamente complicado pela emergência do problema da raça e da sua formal institucionalização, designadamente através de leis de diferenciação e regulamentação do mercado de trabalho, sob a designação genérica de *Job Reservation Acts*²⁸⁰.

Estas leis determinaram ou condicionaram as relações intraclassistas da classe trabalhadora, com base na origem étnica dos trabalhadores, e foram institucionalmente reforçadas pelas leis do passe, originadas nos idos de 1872, em Kimberley, as quais não só determinavam ou condicionavam as regras de recrutamento e contratação dos trabalhadores africanos por parte das entidades patronais, como coarctavam, de facto, a liberdade de movimento dos trabalhadores negros. A sistemática resistência dos povos africanos, aproveitando-se também da relativa fraqueza demográfica dos bóeres ou africânderes²⁸¹ e do conflito entre os dois grupos de colonos, dada a oposição dos africânderes relativamente à pressão imperial britânica, levou a uma situação de relativo impasse político-militar, em que os povos negros africanos acabaram por se apresentar, para os dirigentes do sistema imperial britânico, como uma excelente solução alternativa para o problema da mão-de-obra necessária para o aproveitamento rentável das oportunidades mineiras, entretanto identificadas no território. Ainda dentro do mesmo esquema de distribuição de funções, aos africânderes foi como que distribuído o encargo de administração interna do território, assim como da respectiva mão-de-obra.

8.3 Da geologia

Passando da problemática da configuração do corpo social à problemática da actividade produtiva e do respectivo meio ambiente físico, há que tomar em consideração as condições objectivas da peculiar actividade produtiva que está na base de todo este problema. Assim, no que diz respeito à actividade de exploração mineira e à necessidade de utilização ou aproveitamento da mão-de-obra nativa, vemos que importa assinalar que as características dos campos

280 Designadamente, o Mines and Works Act, de 1911, o Apprenticeship Act, de 1922, e o Mines and Works Amendment Act, de 1926, o qual, na sequência da vitória eleitoral da coligação do Pacto, em 1924, veio a repor e reforçar algumas das disposições de 1911, entretanto abandonadas pelas companhias mineiras com o acordo do governo de Botha e Smuts.

281 Em contraste com os EUA ou a Austrália relativamente às Ilhas Britânicas, a África do Sul não recebeu fluxos migratórios significativos da 'mãe-pátria' holandesa, a partir de finais do século XVIII.

mineiros do ouro não são exactamente o que parece transparecer da leitura das fontes mais comuns, designadamente a ideia, quase mitológica, de que, na África do Sul, estaríamos perante as «maiores reservas de ouro do mundo», expressão essa que faz pensar em 'facilidade' e 'abundância'. A esse respeito vale a pena transcrever parte de um artigo publicado pela revista norte-americana *Newsweek*, de 16 de Dezembro de 1974:

O ouro de que toda a gente fala vem sobretudo da África do Sul, onde este ano 400.000 negros, supervisionados por cerca de 36.000 brancos, mineraram cerca de 729 toneladas métricas ou cerca de 23 milhões de onças, no valor de 4.200 milhões de dólares. É mais do que metade da produção mundial anual. Seis poderosas casas financeiras dominam as 42 minas de ouro da nação do apartheid e realizam um bom negócio principalmente por causa da abundância de trabalho africano barato.

Para cada tonelada métrica de ouro produzido é preciso trazer até à superfície mais de 100.000 toneladas de minério – muitas vezes de profundidades que atingem os 3.200 metros – e depois refiná-lo.

É do conhecimento comum que as actividades mineiras têm, predominantemente, o carácter de «capital intensivo», visto requererem, mesmo em explorações a céu aberto, enormes quantidades de equipamento mecânico, investimentos consideráveis em exploração geológica, construção de variadas e consideráveis infraestruturas físicas, designadamente as vias de transporte de minério ou dos minerais já refinados, instalações industriais de moagem e tratamento físico-químico, etc.. Entretanto, da lógica intrínseca do modelo neoclássico (aqui ainda que de modo implícito), assim como pela abordagem marxista, sabemos que não são as máquinas que estão na origem do lucro empresarial. O que as máquinas permitem, isso sim, é uma muito mais intensiva utilização dos recursos humanos utilizados na exploração.

No caso das minas de ouro da África do Sul, só a título de exemplo e como ilustração do grau de necessidade de utilização de mão-de-obra barata, consideremos a mina de ouro de Kloof, situada a mais ou menos 60 quilómetros a sudoeste de Joanesburgo. Sendo propriedade do grupo Gold Fields Ltd., em operação em três secções distintas (Kloof, Libanon and Leeudoorn) e laborando a profundidades que variam entre 1.000 e 3.500 metros, emprega pouco mais de 16.000 pessoas (dados de 2002)²⁸². O inventário das reservas mineiras identificadas para a secção de Kloof, indica a existência provada de 25 toneladas métricas de minério com uma gradação de 10,5 gramas por tonelada. Para além das reservas provadas, considera-se uma forte probabilidade de

282 Relatório da empresa (2003), em <http://www.mining-technology.com>

existência de mais 59 toneladas de minério com uma gradação média de 11 gramas por tonelada. No que diz respeito à exploração à superfície, estima-se a existência de cerca de 32 toneladas métricas com uma gradação média de 0,6 gramas por tonelada²⁸³. Situada nos campos auríferos do Witswatersrand ocidental, a secção de Kloof é constituída por um campo geológico com uma camada com cerca de seis quilómetros de espessura, de rochas sedimentares, argilosas e arenosas, sendo o minério de ouro encontrado em minúsculos blocos de quartzo, juntamente com vestígios de pirite e carbono. Resta só acrescentar que as minas de Kloof são simplesmente consideradas as minas com o mais elevado grau de densidade de ouro puro, da África do Sul.

A mitologia do ouro e a sua importância, também ao nível do imaginário, levou a que o novo regime político que resultou da transição democrática, entendesse por bem chamar Gauteng, nas línguas seSotho, o «lugar do ouro», à nova província que corresponde à zona central e mais importante do antigo Transvaal. Tive já ocasião de assinalar a importância histórica da mineração do ouro na própria construção política do que é hoje a África do Sul, tendo a própria descoberta dos campos mineiros e das suas características geológicas²⁸⁴, dado origem a uma rápida estruturação de classes própria do capitalismo industrial. A esta estruturação de classes veio sobrepor-se a divisão de base racial das classes trabalhadoras, sendo que esta divisão tinha assumido, desde o início da exploração mineira, um carácter estruturante, facto que foi reforçado pela presença e disponibilidade de mão-de-obra barata e susceptível de sobreexploração. Em resultado destes factores, cedo se verificou a emergência de uma sociedade extremamente desigualitária, de tal modo que a África do Sul se colocou, anos a fio, no pouco invejável lugar de 'campeão mundial da desigualdade'. Apesar de alguns avanços assinalados por diversos analistas, relativamente a uma progressiva redução das disparidades entre 'brancos' e 'negros', na sequência do fim do regime de *apartheid*, em 2001 ainda se registava o facto de cerca de 60% da população negra viver abaixo do nível de pobreza²⁸⁵. A África do Sul partilha, aliás e praticamente, com o Brasil o mais que dúbio privilégio de campeões mundiais da desigualdade²⁸⁶. De facto, ambos os países possuíam, em 2003, os elevadíssimos coeficientes de 6,07 (Brasil) e 5,93 (África do Sul) na escala de Gini²⁸⁷.

283 Nas minas de ouro de outras regiões – Estados Unidos, Canadá ou Austrália, por exemplo – é normal encontrar gradações de 30 ou até mais gramas de ouro por tonelada, sendo que, no caso de gradações de 15 ou 20 gramas por tonelada, estamos já a falar de explorações de superfície.

284 Cedo se tomou notória a necessidade de grandes investimentos de capital máquina, o que levou a distinguir a corrida ao ouro no Transvaal de outras corridas ao ouro, como na Califórnia ou no Klondike e, mais recentemente, no Brasil. Nesses casos, tratava-se, predominantemente, de mineração em depósitos de aluvião, logo propícios à exploração artesanal feita por dezenas de milhares de prospectores 'mineiros'.

285 CIA World Facts Books, disponível em http://www.theodora.com/wfb2003/brazil/brazil_economy.html

286 Ex-aequo e considerando apenas países com dimensão significativa.

287 Refira-se que o 'privilegio' é partilhado com um grupo de países em que se incluem a Namíbia, o Botsuana, a Serra Leoa, a República

Já tenho aqui referido que as origens da União Sul-Africana, e por conseguinte da República da África do Sul, estão intimamente ligadas à descoberta de campos diamantíferos na região de Kimberley e de campos auríferos no Witwatersrand. Aquilo que importa assinalar, neste contexto, é que, em qualquer dos casos, mas muito em particular no caso da mineração do ouro, tal só ter sido possível graças à disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, quer a partir das reservas (mais tarde, dos bantustões), quer a partir do recrutamento de trabalhadores não qualificados nos territórios vizinhos.

8.4 Da importância da indústria mineira

Embora a África do Sul produza hoje uma diversificada multitude de minerais, e além de, ao longo das últimas décadas, se ter verificado alguma diversificação industrial, a verdade é que permanece indisputada a importância histórica do ouro.

Se considerarmos a percentagem das exportações de ouro relativamente ao total das exportações da África do Sul, este valor tem estado a descer, desde um máximo de pouco mais de 50% das exportações em 1983, para pouco mais de 20% em 1996 e 13,6% em 2003. Mesmo assim, a exploração do ouro continua a ser determinante para a globalidade da economia sul-africana (Gastrow, 2001). Na mesma data (2003), o total das exportações de ouro correspondeu também a 38% das exportações de minérios²⁸⁸. Por outro lado, em 2002 e segundo o Departamento estatal dos Minérios e da Energia, o emprego nas minas de ouro correspondia a cerca de 44% dos salários na indústria mineira (cerca de 400.000 ao todo)²⁸⁹.

Em todo o caso, note-se que, para o sentido geral da tese aqui defendida, é indiferente que a exploração do ouro tenha vindo a ser complementada pela exploração de outros minérios. A referência ao caso particular do ouro justifica-se, quer por razões históricas, quer pelo facto de as condições físicas da sua exploração terem estado na origem da imposição de um regime, especial e único, de recrutamento e exploração da mão-de-obra nativa, estando na origem da arquitectura social do *apartheid* e dos seus antecedentes institucionais.

Entretanto, e como terei ocasião de esclarecer mais adiante, a indústria mineira só aparentemente é que tem estado a ver reduzida a sua importância no contexto global da economia sul-africana, apesar de ser essa a perspectiva mais comum que nos é transmitida por alguns analistas, sendo também essa a leitu-

Centro-Africana, a Suazilândia e a Nicarágua. Ou seja, três países da União Aduaneira da África Austral, de que a África do Sul é o país central e nuclear. CIA World Facts Books, disponível em <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/print/sf.html> ou em <http://www.statssa.gov.za/default3.asp>

288 <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2898.htm>

289 <http://www.mbandi.co.za/indy/ming/gold/af/sa/p0005.htm>

ra sugerida pelos próprios documentos oficiais do estado sul-africano (Burger, 1999). Por exemplo, segundo a informação recolhida em 2001, a produção e venda de minerais não corresponderam a mais do que 7% do produto interno bruto²⁹⁰, enquanto o sector da indústria fabril estava a aumentar de peso na economia. Tal não deixa de ser verdade, mas importa sublinhar que o sector da indústria transformadora é quase totalmente tributário da actividade mineira. Embora esta corresponda a apenas 8% do PIB, a verdade é que continua a empregar um número superior a 500.000 trabalhadores, em cerca de 700 minas. A sua importância para a economia sul-africana como um todo continua a ser determinante, na medida em que constitui um gigantesco mercado para os fornecedores locais dos mais diversos materiais e equipamentos. A actividade mineira constitui também a principal fonte de fornecimento para as indústrias locais. Por cada três trabalhadores empregados nas minas, há um empregado em indústrias *directamente* relacionadas com a mineração²⁹¹, excluindo pois as actividades de produção e distribuição de energia, e os portos e transportes. Em 2001, a produção mineira correspondia a cerca de 40% das exportações²⁹².

Por outro lado, a indústria mineira tem sempre tido um efeito social multiplicador no desenvolvimento de recursos humanos e de infraestruturas, sob a forma de escolas, hospitais e estradas, directamente construídas e mantidas pelas próprias companhias mineiras. A indústria mineira tem também um efeito multiplicador ao nível da subsistência familiar, uma vez que cada trabalhador das minas é a fonte de sustento de 5 a 7 pessoas. Finalmente, só nas actividades directamente ligadas à produção mineira, a venda e manutenção de equipamentos para as minas, mas sem que sejam controladas ou propriedade das empresas mineiras, estão empregues mais cerca de 150.000 trabalhadores²⁹³, os quais são contabilizados como pertencendo ao sector de serviços.

Embora a África do Sul seja, de longe, o maior produtor mundial de ouro, com cerca de 394 toneladas de ouro refinado produzidas em 2001, a produção tem estado sistematicamente a diminuir²⁹⁴. Isto por duas ordens de razão. Em primeiro lugar, a qualidade do minério tem vindo a degradar-se ao longo dos anos, consoante se vão esgotando os filões de menos má qualidade. Em consequência dessa progressiva degradação do conteúdo de ouro puro, disseminado nas toneladas de minério em bruto, os custos de produção por unidade de ouro puro final produzido têm estado a aumentar, fazendo da África do Sul o país com os mais elevados custos de operação em todo o mundo²⁹⁵. Em segun-

290 www.bisnetworld.net/bisnet/countries/southafrica

291 http://www.trade.uktradeinvest.gov.uk/mining/south_africa/profile/overview.shtml

292 <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/1458111.stm>

293 http://www.worldbank.org/data/countrydata/aag/zaf_aag.pdf e <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/safrica.html>

294 <http://www.mbeni.co.za/indy/ming/gold/af/sa/p0005.htm>

295 Em média, USD222 por onça, comparados com USD189 nos EUA e USD169 no Canadá.

do lugar, esses custos unitários de produção resultam ainda mais elevados, na medida em que tem sido necessário perfurar cada vez mais profundamente na crosta terrestre, havendo poços e túneis a quatro quilómetros de profundidade, em resultado da progressiva exaustão dos filões mais à superfície. A extracção de minério a profundidades crescentes tem requerido cada vez maiores capacidades de capital máquina.

A actividade mineira tem sido predominantemente *price-taker*²⁹⁶ em relação ao produto vendido, facto que tem sido particularmente significativo no caso do ouro²⁹⁷, com uma descida prolongada dos preços nos mercados mundiais, e também em relação às máquinas e equipamentos importados, necessários à laboração, antes e depois da extracção propriamente dita. Significativamente o único factor que a indústria mineira sempre pôde controlar na sua equação de produção era, assim, o custo da mão-de-obra, factor esse que tinha que controlar de forma rigorosa.

Temos, assim, estabelecidos alguns factos determinantes para a análise. Em primeiro lugar, o carácter estruturante da actividade mineira em geral, e do ouro em particular, relativamente à configuração social, política e económica da África do Sul. Em segundo lugar, as características geológicas dos campos auríferos do Gauteng-Witwatersrand, as quais determinam a específica estruturação da actividade laboral de exploração. Em terceiro lugar, a emergência de uma sociedade estratificada, não só com base numa estrutura de classes²⁹⁸, característica daquilo que poderíamos chamar capitalismo industrial normal, mas também com base numa estrutura de divisão étnica ou racial. Finalmente e em quarto lugar, e em consequência dos factores anteriores, a emergência de uma das menos igualitárias sociedades no sistema-mundo.

8.5 Das explicações do regime de *apartheid*

A caracterização do sistema social sul-africano até 1994, e das suas origens, tem sido objecto de múltiplas interpretações ou abordagens. Claro que no plano puramente académico das ciências sociais não há grandes divergências ou polémicas relativamente às origens ou raízes históricas do regime de *apartheid*, designadamente na vertente do sistema social e político de controle da força-de-trabalho.

296 Agente económico incapacitado de influenciar o preço dos produtos que compra ou vende.

297 No caso dos diamantes, a empresa De Beers, através de um cartel de produção, tem conseguido manter os preços em níveis desproporcionalmente elevados.

298 Estamos conscientes da incompatibilidade de paradigmas, tal como avançada por Thomas Kuhn (1970). Como indicámos na parte introdutória, assumimos aqui a posição de que os paradigmas alternativos em ciências sociais se converteram em 'óculos' ideológicos que permitem ver apenas aspectos parciais de uma mesma realidade.

Como vimos, a responsabilidade directa é atribuída, historicamente, às políticas prosseguidas por Alfred Milner e Cecil Rhodes, ainda em finais do século XIX. Já no que diz respeito à funcionalidade do regime de *apartheid*, relativamente ao desenvolvimento das forças de produção e do sistema geral de acumulação na África do Sul, a polémica entre cientistas sociais intensifica-se. Sobre a natureza e especificidades do regime capitalista na África do Sul, há assim basicamente que assinalar a polémica ou divergência de posições entre autores de pendor marxista e autores de pendor liberal²⁹⁹. São conhecidas as divergências entre ‘liberais’ e ‘marxistas’ no que diz respeito, em particular, à gestão da força-de-trabalho exercida através do regime de separação coerciva das principais etnias em presença. Por outras palavras, o fulcro do problema está em como explicar o *apartheid*.

No caso dos analistas de pendor liberal, as análises variam entre as explicações de tipo culturalista, de coexistência entre diversos e distintos grupos étnicos, sendo as diferenças na evolução sociocultural consideradas como determinantes para explicar o sistema vigente durante várias décadas. Como consequência desse tipo de explicações, teríamos na África do Sul – ainda hoje – a coexistência de subsistemas do Primeiro e do Terceiro Mundo. A África do Sul seria, então, o caso paradigmático de uma sociedade dual. Este tipo de abordagem levou a que, desde logo, os primeiros proponentes da ideologia liberal tivessem procurado resolver o problema dos preconceitos raciais e tentado encontrar formas de lidar com a forçada coexistência de diversos grupos raciais num mesmo território, através de propostas de reforma, educação e promoção progressiva dos grupos sociais considerados ‘em desvantagem histórica’. Em particular, os autores que se reclamam da abordagem da ‘escolha pública’, defendem a ideia de que, quanto menos o Estado sul-africano tivesse interferido no problema racial, mais cedo o mesmo se teria resolvido, afirmando, pelo menos de forma implícita, que a existência da segregação racial na economia se deveu, em particular, à protecção legal de que beneficiaram os trabalhadores brancos no mercado de trabalho (Lowenberg & Kaempfer, 1998).

Já as abordagens teóricas de pensadores inspirados nas teses marxistas vão desde a análise do problema, através da explicação da simples conquista militar, por via da superioridade tecnológica dos armamentos europeus, até à aplicação da análise da luta de classes à *la Poulantzas* (Dollery, 2003; Nash, 1999; Saunders, 1988) no que concerne às rivalidades intracapitalistas, passando pela relativa autonomia do Estado enquanto factor de determinação

299 Os economistas de abordagem institucionalista tendem a assumir posição semelhante à dos autores marxistas.

histórica, assim como por teses de colonialismo interno (Davidson, Slovo & Wilkinson, 1976; Slovo, 1988)³⁰⁰.

Para os analistas de pendor liberal, o sistema de *apartheid* acabava por ser um empecilho do natural e mais eficaz desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que impedia os mercados, em especial o mercado do trabalho, de funcionar em pleno e, portanto, era prejudicial a uma adequada ou eficaz alocação de recursos. No caso dos incentivos por parte da procura, o regime de *apartheid* também se revelava prejudicial ao bom desenvolvimento do capitalismo, na medida em que a sobreexploração dos trabalhadores africanos era um obstáculo ao alargamento do mercado consumidor³⁰¹. Para os analistas de pendor marxista, o *apartheid* tinha uma clara explicação no funcionamento normal da «economia política do capitalismo». Assim, para a escola marxista, o *apartheid* foi um instrumento político e de justificação ideológica da sobreexploração dos trabalhadores negros. No que diz respeito às origens mais remotas do capitalismo na África do Sul, os autores de inspiração marxista tendem a caracterizar este país como uma formação social de colonização capitalista (Davidson, Slovo & Wilkinson, 1976; Slovo, 1988), resultante da expansão imperialista do capitalismo avançado, com origem no primeiro dos países a alcançar o capitalismo pleno: o Reino Unido. Nessa perspectiva, a África do Sul desenvolveu-se, enquanto Domínio do Império Britânico, com capital britânico e com o objectivo explícito de funcionar, quer como uma sociedade de exploração agrícola (plantações de açúcar no Natal), quer como uma sociedade de exploração mineira, mas sempre como fonte de fornecimento de matérias-primas necessárias ao regular funcionamento do capitalismo industrial britânico.

Para Harold Wolpe (1972, 1975, 1988), o capitalismo na África do Sul articulou-se com o subsistema de agricultura de subsistência das reservas, de modo a garantir o benefício de uma espécie de subsídio social sob a forma de mão-de-obra barata³⁰². Nesta perspectiva, o capitalismo sul-africano ter-se-ia articulado com formas preexistentes não capitalistas, articulação que teria funcionado de forma eficiente apenas até meados do século xx, altura em que se teria esgotado a capacidade de auto-sustento nas reservas indígenas (até pela simples pressão demográfica). Desta forma, o *apartheid* não era apenas a estruturação formal, jurídica e administrativa da segregação praticada ante-

300 Ver documentos do SACP, por exemplo, The Road to South Africa Freedom em <http://www.marxists.org/history/international/comintern/sections/sacp/1962/road-freedom.htm>

301 Recordo ainda vividamente a minha primeira visita a Joanesburgo (para frequentar um longo e intensivo curso de formação profissional) e em que um pragmático gestor empresarial de Moçambique, a certa altura, me explicava as vantagens do facto de «os negros da África do Sul ganharem muito mais do que os de Moçambique». Isso contribuiria para um mercado consumidor de maiores dimensões, apesar da sobreexploração real.

302 Foi também através das contribuições de Anthony Wolpe que a ideia de articulação, na concepção estrutural marxista de junção de distintos modos de produção, se veio a tornar familiar à comunidade africanista (Hart, 2002).

riormente, como pretendiam os analistas de pendor liberal. A corrente liberal tendia também a perspectivar a ordem social e económica na África do Sul como uma sobrevivência irracional e arcaica do espírito nacional africânder, que acabaria por desaparecer com um maior ou mais acentuado desenvolvimento das relações mercantis próprias do capitalismo.

8.6 O debate sobre a industrialização

Na literatura mais convencional, e por este termo entendo as publicações de diversos tipos que reflectem a opinião do senso comum ou 'linha principal', é normal encontrar-se a ideia de que o processo de industrialização da África do Sul, perspectivado entre os anos 20 e o final dos anos 70 do século xx, se tem aprofundado e/ou foi intensificado com base numa genérica política de «substituição de importações» e que, em consequência, o sector mineiro tem estado a perder alguma influência relativa. Temos, em todo o caso, que ter presente o peso relativo e a visibilidade exterior das exportações do sector agrícola. Nesta perspectiva, a África do Sul tenderia a ter um desenvolvimento predominantemente autocentrado ou virado para as satisfações do seu mercado interior ou, quando muito, com aproveitamento da existência de mercados compradores na sua imediata vizinhança, nomeadamente nos países da SADC-Southern Africa Development Community. Dir-se-ia também que, nessas condições, a estrutura da economia da África do Sul estaria a ficar progressivamente cada vez menos dependente do chamado «complexo energético-mineiro», o qual tem sempre estado estruturalmente orientado para o exterior. Ou seja, no contexto da polémica provocada pelo *Washington Consensus*³⁰³ (relativamente ao estilo ou modelo de desenvolvimento mais adequado para cada país)³⁰⁴, o caso da África do Sul tenderia a ser apresentado como um claro exemplo de industrialização endogeneizada, através de um processo de acumulação interna, possibilitado pelas exportações.

Nessas condições a economia e a sociedade sul-africanas estariam progressivamente a ficar menos dependentes do sector mineiro e a ficar (cada vez mais 'harmoniosamente') integradas na economia-mundo. Ora, tal como é demonstrado, até à exaustão, por Ben Fine e Zavareh Rustomjee (1998)³⁰⁵, a dependência da economia sul-africana em relação ao sector mineiro tem estado, bem pelo contrário, a aumentar. Como resulta evidente, nenhuma da-

303 «Consenso de Washington». Esta expressão foi inicialmente usada para descrever um conjunto de políticas económicas específicas, desenvolvidas pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial – a que se juntaram a Secretaria do Tesouro norte-americana e, mais tarde, a OMC – para serem aplicadas de forma 'normalizada' aos países em desenvolvimento e em situação de crise. Sem muito exagero, resumia-se ao mandamento quase religioso de «estabilizar, privatizar e liberalizar».

304 Se orientado para satisfazer a procura interna que seja activada, ou se orientado para as exportações e a abertura ao mercado mundial.

305 Registe-se que grande parte da informação recolhida para a elaboração deste capítulo foi obtida a partir da obra referida de Fine e Rustomjee, e da bibliografia compendiada por estes autores.

quelas análises levava em linha de conta a problemática do latente conflito de interesses, entre as fracções nacional-africânder e imperial-inglês, do capital sul-africano. As análises encontradas partem usualmente do princípio, ainda que não explicitado, de uma homogeneidade cultural, social e económica, semelhante à encontrada, por exemplo, na Argentina ou na Austrália. Assim sendo, com excepção dos já referidos autores que fazem extensas referências ao papel do Estado na economia, assim como à natureza étnica desse Estado, estas são temáticas normalmente deixadas fora da análise. E, no entanto, a forma e o trajecto prosseguido pelo processo de industrialização, no caso da África do Sul, foram claramente determinados pelo processo iniciado e dirigido pela elite africânder, desde as primeiras décadas do século xx, a partir da chegada ao poder do chamado Governo do Pacto, em 1922, tendo como objectivo fundamental a ideia de recuperação nacional e de afirmação identitária, uma motivação que, em termos analíticos, está nos antípodas das explicações normalmente encontradas.

Em princípios dos anos 90, Renfrew Christie (1991) e William Martin (1990) discutiram acerbamente o interesse relativo das medidas proteccionistas e da política industrial de criação de indústrias pesadas, medidas essas tomadas nos anos 30. Para Martin, a aceleração do processo de industrialização, durante o período entre as duas guerras mundiais, deveu-se à emergência, pela primeira vez na África do Sul, de uma clara política de desenvolvimento industrial, de que um dos componentes essenciais era justamente a utilização de tarifas aduaneiras específicas como instrumento de política industrial. Considerando a posição da África do Sul como país semiperiférico na estrutura do sistema-mundo, Martin pensa, no entanto, que os esforços no sentido de uma industrialização autónoma ou autocentrada, estavam à partida condenados ao fracasso, na medida em que deveriam ter, como resultado final, a 'promoção' da África do Sul de «país semiperiférico» a «país do centro».

E, no entanto, segundo a lógica de funcionamento do sistema-mundo, tal como esta é perspectivada pela escola de Binghamton, em princípio, nada impede um país de se deslocar da semiperiferia para o centro ou do centro para a semiperiferia. Temos aqui mais um exemplo de condicionamento ideológico, neste caso no âmbito académico, que leva a interpretar a realidade 'apenas' de uma determinada maneira e em que a utilidade heurística de um conceito acaba por prejudicar a sua utilização.

Voltando à abordagem de William Martin, segundo este autor, no caso da produção primária, em particular no caso da exploração mineira, e no contexto da divisão internacional do trabalho própria da estrutura global do sistema-mundo, a continuada expansão do capital e dos lucros à escala global seriam assegurados, de uma forma muito mais eficiente para os interesses dos acto-

res económicos determinantes nos países do centro, através da reprodução da África do Sul como país da semiperiferia.

De certa forma, o sistema devia estar a transmitir para a fracção subsistémica «África do Sul», sinais no sentido de algo parecido com, ou um pouco à maneira do, ditado da língua portuguesa que nos diz, «quem te manda a ti sapateiro tocar rabecão». Sendo Martin um conhecido proponente das teorias da escola do sistema-mundo, temos também aqui mais um exemplo ilustrativo do primado dado por aquela escola à perspectiva política estatal ou nacional, quando procura fazer o estudo do comportamento do sistema-mundo. Não são grupos sociais concretos que procuram (ou deixam de procurar) passar da periferia – ou aplicação dos seus capitais para produção predominante de matérias-primas – para o centro – ou aplicação dos seus capitais na produção predominante de serviços e tecnologia de ponta. Seria, antes, o país como um todo que deveria ‘permanecer’ na semiperiferia, de modo a maximizar os resultados ou otimizar os objectivos prosseguidos pelos países do centro.

Em resumo, a diferença da análise que aqui se procura elaborar, relativamente às análises convencionalmente expostas pela escola do sistema-mundo, reside na escolha dos actores sociais relevantes. Para a escola do sistema-mundo, parece que os actores sociais relevantes seriam os estados ou, se se preferir, os grupos politicamente dominantes dentro de cada país, enquanto para este autor, os actores sociais relevantes são as elites políticas dirigentes, directa ou especificamente participantes dos processos de produção e, sobretudo, *nos processos de controle da acumulação de excedentes económicos*.

Tudo isto pode parecer uma questão bizantina, na medida em que a ideia de «grupos sociais dominantes» não parece claramente distinta da ideia de «elites dirigentes». À primeira vista, de facto, assim é. Mas aqui, o busílis da questão, no caso da África do Sul, acha-se na distinção muito clara que importa estabelecer entre, por um lado, «grupos sociais dominantes», ou os detentores do capital inglês e, por outro lado, «elites dirigentes», ou a liderança do Partido Nacional africânder.

Voltando à exposição da polémica acima referida, temos assim que, para William Martin, tentar romper a rede de relações económicas de carácter regional e global existentes, iria claramente dar origem a mais elevados custos de produção³⁰⁶, logo a uma redução significativa de lucros, assim como a perda de (ou maiores dificuldades no) acesso a mercados externos, regionais e mundiais. No caso concreto da África do Sul, uma tal tentativa ameaçava também desestabilizar a estrutura de alianças de classes, quer a nível regional, quer a nível global e relativamente ao centro do sistema. Na perspectiva dos políticos,

³⁰⁶ Até por via das menores economias de escala relativamente à produção de bens de equipamento, ou de bens de consumo duradouro, na África do Sul.

académicos e ideólogos então preponderantes no sistema-mundo real, o papel adequado (e como que reservado) para a África do Sul, seria o de um simples planeta primário circulando à volta do (ainda que evanescente) Sol do Império Britânico (Martin, 1991). Assim sendo, quando, a partir de 1924, o relativamente autónomo governo do Pacto adoptou a política de tarifas aduaneiras e de intervenção estatal na promoção de indústrias pesadas estava, deste ponto de vista, a tentar romper com o *status quo* do sistema. Esta é, contudo, uma visão algo estática ou estacionária, cuja ênfase analítica se concentra mais uma vez nas relações entre os estados, enquanto estruturas político-económicas nacionalmente consolidadas. Quanto a nós, pode antes defender-se a tese de que o governo do Pacto procurava já, não propriamente alterar ou refazer a configuração das relações inter-estados, mas sim promover um determinado grupo social a uma eventual situação de paridade socioeconómica com os grupos dirigentes do centro, ainda que residentes em diferentes países, incluindo a própria África do Sul.

Por seu lado, Renfrew Christie (1991) chamou a atenção para o facto de o quadro tarifário, adoptado pelo então governo sul-africano, ser genericamente inferior ao de outros países, territórios ou colónias, em situações ou circunstâncias equivalentes ou equiparáveis, não havendo, portanto, uma justificação para que se falasse de protecção aduaneira, como instrumento de uma política estatal de industrialização por substituição de importações. A esse respeito, Martin contra-argumentou que o nível geral do quadro tarifário era, em si mesmo, pouco relevante, já que o importante era a protecção específica erigida em favor de determinadas actividades.

Independentemente da polémica entre Martin e Christie a respeito da eficácia, maior ou menor, da política tarifária e da estratégia (ou não...) de promoção de empresas estatais como instrumentos de política de industrialização, devemos aqui salientar que o objectivo fundamental do governo do Pacto era, já em 1924 (como é aliás decisivamente reforçado mais tarde em 1948), não tanto a industrialização da África do Sul como um todo, mas sim o alcançar da paridade social e económica para os africânderes, relativamente aos capitalistas sul-africanos de origem britânica. Um exemplo parece indicar claramente esse intuito e a discriminação que daí resultaria, contrária ao «capital inglês-imperial» e em favor do capital nacional africânder. Apenas a título ilustrativo, assinale-se que, enquanto as actividades fabris de quaisquer companhias cuja principal actividade fosse a exploração mineira do ouro, eram taxadas a 4 *pence* por cada libra, todas as outras companhias eram taxadas a apenas 2,5 *pence* por libra (Kaplan, 1977). Por outras palavras, o governo do Pacto enviava, assim, aos representantes locais do capital imperial e seus associados do capital inglês local, a mensagem clara de que não deveriam ser

eles a aproveitar as oportunidades de industrialização do país, através da diversificação de actividades fabris, complementares a montante ou a jusante. Tais actividades fabris eram assim, à partida, como que reservadas, como oportunidade de investimento, a um, ainda que incipiente, capital nacional de origem africânder. Ou seja, a polémica entre Christie e Martin peca por considerar a África do Sul como uma entidade política e económica homogénea, em que o Estado (ou o seu governo) propunha a defesa do bem comum colectivo, ou da sua burguesia, como diriam analistas de cariz marxista³⁰⁷. Como procuramos demonstrar, a realidade era algo mais complexa e seria preciso levar em conta as linhas de fractura entre os diversos segmentos do capital nacional, designadamente o capital africânder e o capital inglês.

Assim sendo, o que acaba por ser importante e que deve aqui ser realçado é, antes do mais, a não elaboração pelo Estado sul-africano de uma estratégia de diversificação e de promoção tecnológica e de enquadramento industrial adequado, até porque uma tal elaboração levaria certamente a ter que considerar em pé de igualdade os diversos segmentos de capital.

Do ponto de vista da teoria convencional neoclássica de optimização na alocação de recursos escassos e de exclusiva liberdade de iniciativa empresarial (sem considerações de carácter étnico ou político), aquilo que seria normal (ou pelo menos mais natural) para o processo de industrialização da África do Sul, teria sido a diversificação de actividades complementares dos diferentes tipos de exploração mineira, quer a montante quer a jusante da mineração, sem levar em linha de conta os interesses, sociais e económicos, específicos de um determinado grupo étnico. Mas uma tal diversificação teria apenas como resultado muito provável a consolidação da posição de subordinação da fracção do capital nacional-africânder, relativamente ao capital inglês local e ao capital estrangeiro em geral, e imperial em particular. Faz-se esta asserção com base na lógica de comportamento, postulado e observado, relativamente aos diversos grupos sociais em regime capitalista.

Se adoptarmos a perspectiva subjacente à ideia do *homo economicus*, a lógica postulada tende a impedir um comportamento social e económico de reciprocidade e solidariedade de carácter étnico. Assim sendo, nada garante que um determinado grupo étnico possa eventualmente recuperar de uma desvantagem historicamente localizada. Por outro lado, a observação dos factos confirma a asserção de que, quando um sistema socioeconómico se encontra

307 Não esqueçamos, aliás, o objectivo fundamental da liderança africânder: a sua afirmação identitária e nacional. Já em 1908, fora confirmada a rejeição de uma proposta da Transvaal Mining Commission, que propunha a substancial redução nos impostos aduaneiros do equipamento importado para as minas, assim como nas tarifas dos caminhos-de-ferro, a troco de uma política de reserva total de emprego nas minas para trabalhadores de origem europeia (Horwitz, 1967, p. 221). Tal rejeição por parte do governo de Louis Botha e Jan Smuts, confirmada mais tarde por todos os governos subsequentes, tinha decerto por base o receio de que uma tal política laboral aumentasse a imigração de trabalhadores de língua inglesa.

entregue a si mesmo, sem regulação social finalizada³⁰⁸, então verifica-se uma tendência para o aprofundamento das desigualdades entre os diversos estratos ou classes sociais³⁰⁹.

No contexto do debate sobre a industrialização por substituição de importações, política que terá sido prosseguida na África do Sul pelos sucessivos governos africânderes, importa referir que, em todo o caso, nada tem impedido um processo de industrialização a jusante das operações de exploração mineira, quer por realização local de actividades de valor acrescentado³¹⁰ quer pelo aproveitamento de materiais derivados ou subsidiários da mineração, para processamento e fabricação de produtos com interesse industrial. É assim que a emergência, a partir da mineração de diamantes, de uma das empresas industriais sul-africanas mais bem sucedidas, a Boart International, se apresenta como um bom exemplo do potencial de diversificação industrial que era possível, mesmo na ausência de uma estratégia industrial coerente, por parte, quer do Estado, quer dos grandes conglomerados económicos. A queda na procura internacional de produtos derivados do diamante, nos anos 30, apesar do monopólio global da De Beers, deu origem ao desenvolvimento de novas utilizações para o *boart*³¹¹, o qual era, até essa data, fundamentalmente uma produção secundária, derivada da mineração do diamante. O que é agora a Boart International, começou por ser, tão-só, o projecto de investigação sobre uma broca industrial revestida ou impregnada de um compósito de poeiras ou areias de diamante, iniciado em Joanesburgo, em 1936. A partir desse projecto de investigação e desenvolvimento, a Boart International veio, mais tarde, a diversificar-se em múltiplas actividades com uso de diamantes 'defeituosos' e respectivos compósitos, incluindo ferramentas de corte, abrasivos e perfuradoras de contacto. Em meados dos anos 80, já a Boart International empregava cerca de 17.000 trabalhadores e controlava cerca de 100 empresas em 28 países. Nos anos 2000, a Boart-Longyear, no seguimento de diversas medidas de reestruturação empresarial, teria 'apenas' 6.700 empregados altamente qualificados, dispersos por 40 empresas afiliadas, com operações em 38 países.³¹²

Ou seja, e para concluir este aspecto, a industrialização secundária que acabou por se verificar resultou, não de uma estratégia consolidada por parte do Estado, mas sim das circunstâncias concretas em que se desenrolava ou desenvolvia, quer o projecto primordial de aproximação (*catching-up*), por parte dos africânderes, em relação ao capital inglês, quer o pragmático aproveita-

308 Diz-se de uma regulação social consciente e que se propõe um objectivo ou fim a alcançar.

309 <http://www.wsws.org/articles/2004/may2004/safr-m21.shtml>

310 O refinamento e beneficiação local de minérios, ou a joalharia, por exemplo.

311 Nome derivado de *bort* ou *boart*, termos da língua inglesa para designar um diamante mal cristalizado, inadequado para uso em joalharia, mas muito utilizado no fabrico de abrasivos e brocas de elevado poder de perfuração.

312 Relatório da empresa em <http://www.boartlongyear.com/>

mento de oportunidades de diversificação e investimento que se apresentassem às empresas cuja actividade primordial era a mineração.

8.7 Da transição para o pós-*apartheid*

Entretanto hoje, e como aliás assinala Samir Amin (Marais, 1998), na África do Sul coexistem quatro segmentos ou mundos distintos, desde o primeiro mundo sofisticado das mais modernas tecnologias, ao mundo rural, típico daquilo que os teóricos da escola do sistema-mundo chamavam *external arena*, passando por um segundo mundo da industrialização mal sucedida (a semi-periferia da escola do sistema-mundo) e por um terceiro segmento (a periferia) constituído pela exportação de matérias-primas.

Num artigo publicado no conhecido jornal sul-africano *Mail & Guardian* (10 Janeiro 2003), intitulado «The Iron Fist and the Velvet Glove», o analista Salim Vally defendeu a ideia de que a situação acima retratada e a falta de um desempenho económico robusto e sustentável, assim como um grande e visível crescimento da pobreza, se deviam ao funcionamento normal e à lógica dos mercados livres, próprios do capitalismo. Tal posição reflectia o consenso da parte dos analistas que utilizam o marxismo como paradigma analítico para explicar o funcionamento do sistema capitalista. A essa posição, os defensores da ideologia do liberalismo *laissez faire, laissez passer*, respondiam dizendo que, em rigor, a situação da África do Sul sempre foi e, segundo estes autores, continua a ser, uma de enorme distância – *a far cry*, nas palavras de Marian Tupy (2003) –, em relação a um efectivo e regular funcionamento dos mercados, sem a permanente intervenção da mão do Estado. Na opinião de Salim Vally, citando o livro de Neville Alexander (2003), o sistema capitalista do *apartheid* deu simplesmente lugar ao sistema capitalista do pós-*apartheid*. Portanto, se antes havia uma forma de «capitalismo de Estado», é esta que continua a prevalecer.

Por outro lado, parece ser bastante comum na África do Sul uma perspectiva de carácter negativo, relativamente aos supostos ou alegados méritos de uma economia de mercados livres, ou pouco regulamentados, muito em particular se considerarmos as esperanças generalizadas, entre a população africana negra, na sequência do processo de transição para uma plena democracia política. Para muitos dos analistas e activistas que partilham dessa perspectiva, haveria mesmo uma espécie de sinistra aliança entre os dirigentes do ANC e aquilo que consideram ser o «capitalismo internacional». No extremo oposto desta posição colocam-se aqueles que, como Marian Tupy, defendem que os problemas existentes antes da transição para a democracia e depois do abandono do sistema de *apartheid*, se devem, não a possíveis excessos resul-

tantes do funcionamento dos mercados, mas sim à permanente interferência do Estado que, em rigor (segundo esta posição), impede o efectivamente livre funcionamento desses mercados. Estes mesmos autores avançam uma série de exemplos de países em que predominou o «intervencionismo estatal» e de países em que predominou o «livre funcionamento dos mercados». Os exemplos apresentados por Tupy ilustram bem este tipo de argumentação. Assim, em 1967, o rendimento *per capita* da Coreia do Sul era de USD550, enquanto no Gana era de USD800. Em 1997, o rendimento *per capita* na Coreia do Sul tinha já atingido os USD10.360 enquanto no Gana tinha caído para apenas USD370 (Tuppy, 2003). Ao apresentarem estes dois exemplos extremos, os defensores do «modelo neoliberal» e do Consenso de Washington, acrescentam-lhe dois ou três outros, todos supostos reforçar as respectivas teses. É o caso da economia do Botsuana, considerada a 'mais livre' das economias africanas e que apresentou um crescimento económico médio de 7% ao longo das duas últimas décadas. Outros casos são Taiwan, Singapura e Hong-Kong.

As especificidades (ou «variáveis intervenientes», como diria um sociólogo interessado em metodologias de investigação...) de cada um daqueles países são simplesmente deixadas de lado, como se não tivessem um interesse determinante para o processo societal de desenvolvimento. Refiro-me a vectores tão importantes para o crescimento e desenvolvimento de qualquer país, como a densidade demográfica, o aproveitamento de rendas naturais, como, por exemplo, matérias-primas raras, posição geográfica ou oportunidade geopolítica, o comportamento das elites políticas dirigentes, grau de instrução das populações, cultura nacional ou, ainda, tradições ou hábitos de trabalho e de acumulação. Mas, mais ainda, e é isso que também importa aqui assinalar, ao apresentarem aqueles dois exemplos extremos, os defensores do «modelo neoliberal» e do Consenso de Washington, passam tranquilamente de lado relativamente ao papel determinante desempenhado pelo Estado na transformação estrutural da sociedade da Coreia do Sul, por exemplo.

No caso concreto da África do Sul, as críticas que normalmente se encontram, referem o facto de o Estado sul-africano, agora, tal como aconteceu no período do *apartheid*, favorecer sistematicamente umas empresas em desfavor de outras, sempre que se trata de distribuir contratos ou incentivos, fiscais ou aduaneiros. No tempo do *apartheid*, ainda e sempre segundo esta corrente de pensamento, o Estado favorecia ou encorajava a criação e crescimento apenas das empresas que pudessem mitigar as consequências das sanções internacionais, assim como a criação de empresas que o Estado considerasse de interesse estratégico para a sua sobrevivência e continuidade, como as indústrias de armamento. Depois da transição política, a prática corrente do Estado, agora sob o controle do ANC, continuaria a seguir esta orientação de favoritismo e

encorajamento a determinadas empresas em detrimento de um tratamento igual e com regras abertas e conhecidas. Parece partir-se do postulado de que uma tal política de sistemática discriminação selectiva, através de sistemas de apoio e incentivo ou de penalizações, seria, por definição, prejudicial para o crescimento económico a longo prazo. Mesmo quando tais práticas discriminatórias têm como objecto (supostamente, pelo menos, e a título de exemplo) as empresas que praticam políticas laborais que, a longo prazo, vêm a favorecer todas as empresas por igual, mesmo nesses casos, considera-se que a interferência do Estado no regular funcionamento dos mercados, seria sempre pouco eficaz e acabaria por, a médio prazo, se tornar claramente prejudicial para o próprio Estado, enquanto conjunto de instituições burocratizadas e que procuram, com boas intenções, promover efectivamente o crescimento e desenvolvimento do respectivo país. Nas palavras de um analista do Ludwig von Mises Institute³¹³, justamente a propósito da África do Sul:

O capitalismo de mercado livre é um maravilhoso antídoto para o racismo. Num mercado livre, os empresários que recusem contratar trabalhadores negros produtivos estão a prejudicar os seus próprios lucros e a posição competitiva das suas empresas. É apenas quando o Estado intervém que o governo pode socializar os custos do racismo e estabelecer um sistema de apartheid. O crescimento do capitalismo na África do Sul vai fazer muito mais para acabar com o apartheid do que as futilidades grandiloquentes e contraproducentes dos liberais Americanos.³¹⁴ (Rothbard, 1985).

Importa, desde logo, chamar a atenção para esta perspectiva compartimentada do mundo de capitalismo global em que se insere a África do Sul, desde o fim da Guerra dos Bôeres. No lado oposto do espectro argumentativo, colocar-se-ão aqueles que, pelo contrário, defendem para hoje, uma ainda maior intervenção do Estado sul-africano, acusando o ANC de acabar por se ter rendido à pressão das instituições representativas do chamado «capitalismo internacional» (Bond, 2002). Trata-se de autores que se colocam na mesma linha de argumentação de outros, como Samir Amin, quando nos diz, a propósito do regime de *apartheid*, considerando a classe capitalista na África do Sul como um todo homogéneo:

313 Organização norte-americana que defende explicitamente o liberalismo económico.

314 No contexto norte-americano, a expressão «liberal» corresponde grosso modo ao posicionamento da social-democracia de esquerda da Europa continental.

Dentro deste esquema, os capitalistas sul-africanos desenvolveram um projecto que tinha como objectivo promover a África do Sul no sistema global por meio de um processo de industrialização que seria firmemente protegido e apoiado pelo Estado. (Marais, 1998).

Na perspectiva de David Yudelman (Butler, Elphick & Welsh, 1983), as especificidades da actual sociedade sul-africana são ainda herdeiras da relação simbiótica estabelecida entre as grandes empresas mineiras, o chamado *big business*, e o Estado, relação íntima essa que, por razões históricas e geográficas, se veio a desenvolver na África do Sul ainda antes do aparecimento de constelações semelhantes noutras sociedades industriais do Ocidente ou da Ásia do Leste. O desenvolvimento dessa relação simbiótica entre as grandes empresas e o Estado decorreu das pressões ou exigências operacionais das empresas mineiras (em particular do ouro) e por causa de três características específicas do capital e do Estado ali confluentes: em primeiro lugar, a concentração e grau de homogeneidade do capital; em segundo lugar, a concentração do poder político nas mãos dos africânderes; e em terceiro lugar, as divisões das classes trabalhadoras segundo linhas de separação determinadas pela raça e pelo corporativismo profissional e, no caso dos trabalhadores negros, pela divisão institucionalizada entre trabalhadores urbanos e rurais. Acrescente-se, ainda, que a maioria dos trabalhadores era migrante e que os trabalhadores africanos negros estavam impedidos de fixar residência familiar nas zonas de trabalho.

A emergência de um latente conflito económico, resultante da interacção do Estado, das empresas mineiras e dos trabalhadores, acabaria por se constituir na questão central do desenvolvimento da África do Sul, questão central que estava subjacente a todos os problemas de conjuntura política que, ao longo de décadas, foram dominando a cena política sul-africana. Assim, por um lado, e de modo a garantir o crescimento económico e a eventual ascensão da comunidade africânder a um nível de desenvolvimento social e económico igual ao dos ingleses, o Estado apoiava o mundo empresarial. Por outro lado, de modo a garantir a sua permanência no governo através do apoio eleitoral dos trabalhadores, o Estado estabelecia medidas características de um Estado social ou de contrato fordista³¹⁵, de modo a apaziguar as usuais expectativas dos trabalhadores com direito a voto – os brancos, claro.

Samir Amin, por seu turno, defendeu a ideia de que o objectivo número um dos dirigentes sul-africanos se podia traduzir pela promoção do subsiste-

³¹⁵ Designação derivada do regime de regulação da economia capitalista, em que se procura assegurar o consumo dos bens produzidos em massa. É também o regime de acumulação que envolve métodos e formas de produção em série, acompanhadas de normas sociais de incentivo ao consumo.

ma capitalista da África do Sul, como um todo, na estrutura do sistema-mundo, e com base no apoio do Estado. Ou seja, ao fazer a sua análise, Amin subsumiu o grupo *africânder* no agregado mais vasto dos capitalistas sul-africanos, deixando de lado qualquer motivação específica deste grupo étnico (Marais, 1998).